

Emblema

REVISTA DE INSTRUÇÃO PRIMARIA

N.º 7

SETEMBRO 1

1882

O TRABALHO MANUAL NA ESCOLA PRIMARIA

I

ALGUMAS PALAVRAS SOBRE ENSINO GERAL E ENSINO PROFISSIONAL

Divide-se o ensino em geral e profissional, compreendendo um e outro diversos graus.

O ensino geral não tem em mira habilitar os individuos para uma carreira particular, para uma profissão: busca dar ás gerações educação e instrução communs e tão completas quanto possível for. O ensino profissional, ao contrario, tem em mira preparar os individuos para carreiras particulares, para profissões mais ou menos determinadas, ou pelo menos para classes de profissões.

O ensino geral dá-se na escola primaria, no lyceu ou gymnasio e nas universidades; mas já n'esta ultima classe d'estabelecimentos d'instrução se nos offerecem mais ou menos regularmente organisados diversos ramos do ensino profissional, no sentido lato que damos a estas palavras: assim as faculdades de theologia, de direito, de medecina, em parte a de mathematica, preparam para profissões: os que buscam os diplomas d'essas faculdades querem seguir em regra as profissões clericas, ou o exercicio da clinica medica, ou a da magistratura e advocacia. E' em virtude do caracter mais ou menos profissional que tem ou se julga deverem ter as escolas e faculdades de medecina, a faculdade de direito, que se ouve dizer muitas vezes que n'ellas o ensino é demasiado geral, que a pratica que n'ellas se alcança é insufficiente.

E' na Alemanha que o ensino universitario tem caracter menos profissional: as faculdades de philosophia d'aquelle paiz e dos paizes germanicos em geral offerecem os caracteres do ensino perfeitamente geral; ellas representam por assim dizer, a encyclopedia dos conhecimentos humanos, considerados pelo aspecto desinteressado. Nas proprias faculdades de medecina e de direito d'esses paizes o ensino tem caracter muito menos profissional do que n'outros paizes. Os trabalhos praticos que ali se fazem servem para fundamentar, comprehender a theoria, e não a theoria unicamente de preparação para a pratica.

«Nunca deve esquecer-se, diz K. Hillebrand, ¹⁾

querendo julgar bem o ensino superior allemão, que para o professor a sciencia desinteressada, geral, quasi abstracta, domina sempre a utilidade immediata que o discipulo tem que adquirir mais tarde no tirocinio que lhe é imposto em todas as carreiras, pelo uso, pelo exercicio, pela applicação dos principios que adquiriu na universidade, sem se preoccupar do emprego pratico. Aqui nos bancos da aula, ou deante dos fornos do laboratorio, o estudante allemão não deve pensar nem no seu programma, nem nos seus exames, nem na sua carreira, nem sequer no emprego de que aprende: aqui elle é apenas o servente da sciencia.»

E' nas escolas especiaes (institutos, conservatorios d'industria, commercio, marinha, artes e officios, agricultura, etc.) que tem lugar proprio o ensino profissional regularmente constituido. Como as profissões são variadissimas, pode ser tambem grande a variedade d'essas escolas; a economia pede, porem, que cada escola corresponda a um grupo de profissões que se acham estreitamente relacionadas; é assim que nos institutos d'agricultura vemos o ensino da agricultura propriamente dito ao lado do da silvicultura, zootechnia, veterinaria, etc. Além da vantagem economica, resulta d'esse modo d'organisação das escolas profissionais outra muito consideravel; os alumnos não ficam habilitados exclusivamente para uma especie profissional, mas em grau maior ou menor, para diversas especies correlacionadas. E' evidente que a escola profissional que não torna os seus alumnos aptos para o exercicio das profissões do seu dominio é uma má escola. O symptoma inequivoco da inefficacia do ensino n'uma escola nominalmente profissional é que esse ensino não se distingue do ensino geral, que lhe falta o caracter do exercicio pratico immediato.

Alguns auctores distinguem *escola profissional* e *escola d'apprendizagem*.

«A escola profissional, diz o sr. G. Salicis ²⁾, propõe-se sobretudo augmentar as acquisições intellectuaes que a *escola primaria* permittia fazer, e consegue-o naturalmente completando os programmas do primeiro ensino. Destina-se a receber os filhos d'essas numerosas familias que, sem ser ricos, nem mesmo abastados, não estão todavia reduzidos a vi-

¹⁾ *D. la réforme de l'enseignement supérieur*. Paris, 1868. 8.º pag. 69—70.

²⁾ *Apprentissage (Écoles d')* no *Dictionnaire de pédagogie de Buisson*. Vide cap. I.

ver de salario quotodiano: empregados, commerciantes, modestos donos de fabrica, contramestres, etc. cada uma d'essas familias aspira a alcançar para os seus filhos uma situação que os liberte do trabalho manual.

«A escola d'apprendizagem, ao contrario sem pretender reduzir ao trabalho manual uma parte da geração que cresce e a sua prole, deve propôr-se dar a todas as creanças que vão pedir a subsistencia ao salario quotodiano os meios de chegar tão cedo quanto possível a ganhá-lo por si. Diverge pois tambem sob esse ponto de vista das *escolas ou classes d'apprendizes*, que são apenas o ensino primario dado ou continuado ás creanças já iniciados n'uma aprendizagem qualquer. E' muito facil distinguil-a das *escolas techniques, industriaes, das artes e officios, realschulen*, denominações que, com a de *profissional*, entram todas mais ou menos umas nas outras, e que, sob o ponto de vista da *aprendizagem*, exprimem um grau ao mesmo tempo superior e insufficiente.....

«A *escola d'apprendizagem* deve ser uma especie de instituição de certo modo parallela á escola profissional, destinada não ás creanças que se preparam para uma *profissão*, expressão muito vaga, mas para um *officio*».

Para nós, como se vê da definição que damos acima, as *escolas d'apprendizagem*, como as entende o sr. Salicis, são apenas uma secção das *escolas profissionais*, e as *escolas profissionais* não são destinadas como elle nol-as apresenta, simplesmente a alargar o quadro dos conhecimentos geraes adquiridos na escola primaria, mas sim a tornar os alumnos aptos para o exercicio d'uma profissão, quer esta seja um officio manual propriamente dito, quer outra forma d'actividade pratica. As *escolas profissionais*, a que se refere o sr. Salicis, são como já indicámos, *más escolas profissionais*.

Com relação ás *escolas d'apprendizes*, nada temos que objectar ao que diz o sr. Salicis: é mister distinguil-as das *escolas profissionais*, pois ellas tem por fim dar o ensino geral primario aos que recebem o ensino profissional n'outra parte.

Cremos que só pela applicação rigorosa das nossas definições e por uma classificação das profissões se pode pôr termo ao arbitrario das expressões *escola d'apprendizagem*, *escola profissional*, *ensino profissional e aprendizagem*.

Vê-se que na essencia as idéas do sr. Salicis concordam com as nossas pela seguinte lista de *escolas d'apprendizagem seminternato*, que elle nos dá:

«Para rapazes: A escola d'impressor de M. Chaix; a escola d'apprendizes de joalheiro, fundada pelo syndicato; a escola municipal Villette que habitua os alumnos ao manejo das ferramentas, iniciando-os ao trabalho do ferro e da madeira sob todas as formas; as officinas de aprendizagem annexa á escola municipal da rua Tournefort. (Paris). — As *escolas de Creuzot, Mulhouse, as forjas de la Ciotat, a escola d'apprendizagem do Havre, a municipal profissional de Douai, a municipal de relojoaria de Besançon, a dos alumnos de marinha de Brest. (Provincia).*

«Para raparigas: Os estabelecimentos da sociedade para o ensino profissional das mulheres; a escola commercial de M.^e Poulin, etc.»

«O ensino profissional baseia-se necessariamente

sobre elementos d'ensino geral; d'ahi resulta a difficuldade de traçar uma nitida linha de separação entre os dois.

Onde começa, diz o sr. Corbon, e onde acaba o ensino profissional propriamente dito?

«Se tivéssemos que tomar as cousas á letra, começaria só no momento da aprendizagem dos diversos officios.

«Mas se se considera a questão d'um ponto de vista mais elevado, e que se queira fazer entrar n'essa ordem d'ensino os conhecimentos preparatorios reputados indispensaveis, não se vê a possibilidade de separação entre o ensino geral e o ensino profissional.

«Na minha opinião, feitas todas as reflexões, renuncio a descobrir essa linha de demarcação; vou mais longe, digo que os dois ensinos são inseparaveis.

«Cheguei a essa conclusão por uma serie das mais banaes verdades, e o leitor permittir-me-ha que o submetta ao mesmo processo.

«Não é verdade, por exemplo, que a creança destinada, por vocação particular, á profissão de mestre primario, começa de facto, a sua aprendizagem no dia mesmo da sua entrada na escola?

Não é igualmente verdade que, n'uma esphera mais vasta, a creança destinada á cultura das letras ou das sciencias, começa igualmente a sua iniciação profissional na hora em que apprende a distinguir a primeira da segunda letra do alphabeto?

«E por acaso seriam as condições diferentes com relação ás profissões chamadas manuaes, e a pequena bagagem intellectual da creança que entra na officina seria cousa indifferente para a sua aprendizagem?

«Quem quereria sustentar tal enormidade? Não quero dar aqui a nomenclatura completa de bom numero de profissões semi-manuaes para a pratica das quaes não é mister outra cousa além do que se aprende na escola; mas digo que não ha officio tão modesto em que seja luxo para a pessoa que o exerce, saber ler, escrever e contar.....

«Como é perfeitamente evidente que um pouco de saber é indispensavel ao exercicio da mais modesta profissão e que a necessidade de saber cresce naturalmente em razão da difficuldade dos officios, não seria racional nem mesmo possível separar o ensino geral do ensino profissional; porque este é apenas o complemento d'aquelle.

«Com effeito, todos os conhecimentos adquiridos pelas creanças, o adulto, o proprio homem, além da sua utilidade geral, podem ou devem ser considerados como primeiros meios da sua profissão, como os seus *instrumentos intellectuaes do trabalho*».

Estas observações excellentes mostram que o ensino profissional se acha para com o ensino geral por assim dizer na relação dos ramos para com o tronco, o que não nos impede de distinguir ramos e tronco: por este se eleva a seiva; n'aquelles nascem os fructos praticos.

A sciencia humana não é apenas a efflorescencia do espirito: todo o conhecimento, por mais desinteressado, por mais ideal que seja o fim com que foi adquirido transforma-se por fim em applicação pratica,

¹⁾ A. Corbon, *De l'enseignement professionnel*, pag. 121—2. Sobre este livro, vid. cap. I.

quer nas industrias, quer na organização social, quer nos costumes.

«Quando Platão e os geometras da sua escola estudavam as propriedades das curvas obtidas cortando um cone com um plano, não se previa que, dois mil annos mais tarde, Kepler descobrisse a identidade da ellipse, uma d'essas curvas, com as orbitas descriptas pelos planetas em roda do sol, nem que Newton deduziria d'esse facto a lei da attracção universal e daria as mais certas provas da ligação que existe entre a expressão d'essa lei e os movimentos geometricos dos astros. Ora a theoria de Newton, permittindo submeter ao calculo, muito tempo antes da epocha em que se hão de verificar, os phenomenos astronomicos, ainda os mais complexos, ministrou á navegação e á geographia os mais seguros e exactos meios d'observação; por isso Condorcet podia escrever com razão: «O marinheiro, que uma sabia observação da longitude perserva do naufragio, deve a vida a uma theoria concebida dois mil annos antes por homens de genio que apenas tinham em vista especulações geometricas¹⁾.»

O caracter do ensino geral está exactamente em que elle tracta de desenvolver as faculdades do homem, em enriquecer o seu espirito de conhecimentos sem ter em mira uma applicação pratica e immediata. É em parte um ensino á maneira do d'aquelles velhos geometras, um ensino em que a gymnastica do espirito corra a par da gymnastica do corpo, um ensino tendo por fim dar mil faces a esse diamante bruto que se chama a natureza humana que constitue o ideal da moderna pedagogia.

O homem deve entrar na lucta da vida armado do modo mais completo possível. Quando cada um receber a educação geral e commum a todos os membros d'uma sociedade nem por isso deixarão de existir as tendencias particulares, a especificação das actividades: apenas deixarão de ser tão fortemente caracterizadas como hoje as linhas de separação.

Demais o ensino profissional virá sempre, n'uma boa organização da educação publica, corrigir o mal que pode reccar-se da extensão do ensino geral.

Entre nós não ha só falta de ensino profissional: o proprio ensino geral é mau; de modo que, postas de lado todas as excepções constituídas pelos que tem assaz dotes para se educarem a si mesmo, sae-se das escolas sem educação theorica e sem aptidões practicas, sem capacidade para julgar e sem habilidade para fazer. Não temos educação; temos redução das forças vivas da natureza humana.

Começemos pela reorganização do ensino geral e pela d'aquella parte d'esse ensino a que póde aspirar o maior numero—o ensino primario. Aqui não temos ao menos que luctar com os privilegios e pergaminhos das universidades e escolas superiores, nem com o mercantilismo que domina toda a instrucção secundaria.

(Continúa)

F. Adolpho Coelho.

A INSTRUÇÃO MILITAR NA ESCOLA PRIMARIA E NO LYCEU

Publicou um artigo, sob esta epigraphe, no domingo passado, no *Diario de Noticias*, o sr. José Esteves de Moraes Sarmiento. Encarece o distincto official do nosso exercito a conveniencia de ministrar a instrucção militar nas escolas, a começar na primaria; e dando-nos noticia do que se tem feito, com relação ao assumpto, na Allemanha, na Suissa, na França, conclue o seu excellento artigo d'este modo:

«Bem haja a municipalidade de Lisboa, que, como a de Paris, parece querer iniciar com dedicação em Portugal aquelle patriotico pensamento. Oxalá o governo, como o governo francez, saiba tambem aproveitar tão excellentes tendencias.»

Folgamos em ver patrocinada a idéa de introduzir a educação physica e militar na escola primaria, e estimariamos apenas que ao ser iniciada encontrasse o favor, que hoje lhe dispensam. Não nos surprehende o facto. É mesmo vulgar. Como esclarecimento só desejamos consignar o que se tem feito, entre nós, a este respeito.

Na conferencia escolar que substituiu o antigo conselho geral de instrucção publica apresentou o lente da escola do exercito Aniceto Marcolino Bento da Rocha, em 9 de setembro de 1869, uma proposta na qual se consignava o pensamento de estabelecer exercicios de gymnastica e armas nos lyceus. Esta proposta apresentada pelo meu collega, privado hoje, por uma grande infelicidade, de continuar a servir o seu paiz, não mereceu o apoio dos demais membros da conferencia. No parecer que ácerca da proposta foi lavrado, nem sequer se fez allusão áquella idéa!

Passou desapercibida talvez, ou por tão extravagante que não mereceu as honras de ser mencionada.

Tratando a camara municipal de Lisboa de estabelecer a sua primeira escola central primaria, consignou, por proposta do vereador então encarregado do serviço da instrucção, uma verba no seu orçamento para diversas despesas da escola, e entre essas despesas foi indicada a do ensino de gymnastica e instrucção militar. Os orçamentos da camara municipal de Lisboa estão publicados, e desde o do anno de 1875-76 que n'elles figura a verba com o destino que indicamos.

Tendo deixado de estar encarregado do pelouro da instrucção nos annos de 1876 e de 1877, nos fins d'este ultimo anno o dr. Luiz Jardim, no pouco tempo que serviu na vereação, cuidou com grande empenho do assumpto. Por sua proposta foi creado o logar de professor de gymnastica, estabelecendo-se o vencimento correspondente. E não tratando de enumerar os serviços d'aquelle zeloso e illustrado vereador, direi só, com respeito ao assumpto, que elle activou trabalhos do projectado gymnasio para a escola central primaria.

Depois de concluido o gymnasio foi em 1880 no meado, sob proposta minha, um official para dirigir o ensino de gymnastica, e a instrucção militar. Mais tarde em 1881 ao mesmo individuo foi incumbido o serviço de dirigir o ensino de gymnastica em uma escola central primaria do sexo feminino.

Na lei de instrucção primaria de 2 de maio de 1878 attendeu-se ao ensino de gymnastica, mas não

¹⁾ Ch. Laboulaye, *Dictionnaire des arts et manufactures et de l'agriculture*. Introd.

deixou de merecer reparos, senão censuras, em uma das casas do parlamento, o incluir na lei a gymnastica para as meninas. N'essa lei a gymnastica entrava no ensino complementar, e por isso na de 11 de junho foi introduzido um artigo, em virtude do qual, além de outras disciplinas, pôde no quadro complementar ser dado o ensino de gymnastica.

Não se conseguiu, porém, que a instrução militar fosse attendida. E não pôde dizer-se que nem sequer fosse lembrada, porque em um projecto de reforma de instrução primaria, apresentado á camara dos deputados, em 1880, pelo sr. Luiz Jardim, está não só consignado o ensino de gymnastica, mas a instrução militar. O illustre deputado não conseguiu ver abraçada pela camara aquella idéa excellente.

É mais antigo do que se julga o pensamento de completar o ensino nas escolas primarias, com a educação physica e instrução militar. Em vez de secundado este pensamento, pôde talvez dizer-se que, se não tem sido contrariado, lhe tem faltado os meios de insinuar-se, e desenvolver-se, como convem.

Tudo carece de tempo, e ensejo.

E ainda bem que a municipalidade pode hoje proseguir no caminho encetado, contando com o favor publico. Será assim mais efficaz a sua acção, e menos prejudicadas ou contrariadas as tentativas uteis a que se abalançar.

Associamos por isso os nossos votos aos do nosso estimavel camarada, o sr. Moraes Sarmento.

31 de agosto.

J. Elias Garcia.

LEGISLAÇÃO

V

Terminámos a paginas 35 d'esta revista, a publicação da reforma de Manuel da Silva Passos, que, por surgir depois do movimento revolucionario de 1836, mais completa devia ser, se a revolução de setembro melhor pudesse corresponder ás aspirações de muitos e leaes patriotas.

Ficou acanhada a reforma de instrução primaria de Passos Manuel; não correspondeu ao movimento da instrução popular, que então se notava já na Europa, nem adiantou coisa notavel ao que Rodrigo da Fonseca Magalhães havia estabelecido na sua reforma, antes lhe contrariou benéficas medidas; limitou disposições que deviam ter maiores espheras, e amesquinhou o principio de descentralisação tão seguido e acceito na organização do ensino em outros paizes.

Chegava de viajar pela França, o illustre reformador. Espiritos como os d'elle não deixam passar sem analyse os grandes factos, por isso devia conhecer as applicações praticas de lei de 28 de junho de 1833, que acabava de organizar a instrução primaria n'aquelle paiz, e o relatorio que em maio de 1831 Victor Cousin escrevera sobre a instrução publica de Allemanha, que Guizot aproveitára em muitos elementos de valor para dotar a França com uma boa reforma de instrução primaria. Devia entre nós o movimento de setembro produzir o que para a instrução primaria produziu junto do Luiz Filippe a revolução de 1830, mas não succedeu assim; haviamos retrogrado: a reforma de Passos Manuel era

inferior á de Rodrigo da Fonseca; não correspondia ás indicações do progresso.

A liberdade do ensino e obrigação de frequencia eram preceitos já conhecidos; uma escola por districto para o sexo feminino era muito pouco, pouco conforme com o vasto espirito do legislador e com as necessidades da instrução; as escolas normaes com um professor era coisa exigua para produzir bons fructos como exigua era a jubilação e aposentação dos professores já estabelecidas em mais largos preceitos; finalmente, se o legislador quiz beneficiar o professor, pouco ou nada adiantou com a dotação que para elles impoz ás camaras.

Haviam, porém, annullado a reforma de 1835, por isso a de 1836 era acceite como unico remedio. Era para mais a epocha em que viviamos e o paiz que primeiro organisára o ensino popular.

Tempos antes, antes ainda da reforma de Rodrigo da Fonseca, quando em terras portuguezas se hasteava pela primeira vez uma bandeira redemptora, proclamava-se, ao mesmo tempo que se proclamavam muitas garantias populares, a liberdade do ensino e o principio de descentralisação applicado á instrução primaria. Do meio dos rochedos da Ilha Terceira, em 1832, quando se estudavam bases para a manutenção de direitos civicos, surgia, como principio intuitivo, o desenvolvimento da instrução, que poderia calar a voz dos cahões, se, desde Pombal a 1820, o espirito da reacção não tivesse acolhida nos conselhos da corôa, se os decretos de 1 de outubro de 1821 e 6 d'agosto de 1822, resolução regia de 28 de maio de 1821 e resolução do congresso constituinte de 28 de junho de 1821, não fossem anniquilados pelo decreto de 18 de dezembro de 1823, que lançou por terra todas as medidas legislativas, que em beneficio da instrução havia produzido a gloriosa revolução de 1820; da mesma forma que as medidas em favor do ensino popular, filhas das primeiras aspirações dos revolucionarios de 1832, consignadas nos decretos de 29 de março, 24 d'abril e 6 de junho de 1832, e aviso de 3 de janeiro de 1833, ficaram por terra por sugestões dos conservadores, que derogaram aquellas medidas, juntamente com a reforma de Rodrigo da Fonseca, por decreto de 2 de dezembro de 1835, e portarias de 2 de dezembro do mesmo anno e de 2 de março de 1836.

Com as conquistas da liberdade appareceram sempre reformas do ensino consentaneas aos progressos moraes do nosso povo e ao bem estar do benemerito magisterio primario; foram sempre contrariadas, porém, pelo espirito atroz do conservatorismo e pela reacção, inimigos jurados do desenvolvimento da intelligencia popular.

Se por largos annos o magisterio primario se viu em luta com difficuldades materiaes, procure-se na historia, que ahí se encontrará o espirito conservador a regatear-lhe recursos com que podia prover as mais instantes necessidades; se durante annos o espirito do professor, por vezes, se sentiu entenebrecido por falta de elementos de estudo, procure-se ainda nos annos dos partidos reacccionarios, que lá se observará a crua guerra, sem treguas, movida aos progressos intellectuaes.

Entre nós, como em toda a parte, tem sido os reacccionarios os maiores inimigos do professor primario.

De forma differente se observa na historia da li-

berdade. Sempre que esta teve alentos, os seus primeiros cuidados foram decretar rasgadas medidas em favor da instrução primaria e necessarias provisões para o bem estar do magisterio.

O que se observa nos paizes democraticos, onde a liberdade tem um culto e os direitos populares o merecido respeito, é prova da nossa afirmação.

Veja-se como nos Estados-Unidos, Suissa, França e Belgica o professorado primario é rodendo das considerações que merece.

Não continemos, porém, em considerações d'esta ordem. O espirito esclarecido do professor, melhor que nós poderá deduzir dos factos historicos, que são lição e exemplo.

Publicadas as reformas de 1835 e 1836 da primeira epocha liberal continuamos agora com a de 20 de setembro de 1844, que seguiremos de algumas considerações.

Depois nos occuparemos da reforma do sr. D. Antonio da Costa, de algumas medidas soltas, que foram publicadas sem character de reforma completa e entraremos na publicação e demorada analyse das ultimas leis de 1878 e 1880.

Eis lei de 1844:

Feio Terenas.

«Attendendo ás urgentes necessidades da Instrução Publica; tendo Eu visto, sobre este ramo de administração, o Projecto de Lei approved na Camara dos Deputados; Conformando-Me com o parecer de pessoas doutas e entendidas sobre as Consultas dos diversos estabelecimentos artisticos, litterarios, scientificos; Hei por bem decretar o seguinte:

TITULO I

Instrução Primaria

CAPITULO I

Do objecto do ensino e methodo

Artigo 1.º A Instrução Publica divide-se em dous grãos.

O primeiro comprehende:

Lêr, escrever, e contar.

Principios geraes de moral.

Doutrina christã e civilidade.

Exercicios grammaticaes.

Principios do chorographia, e historia portugueza.

O segundo comprehende, além dos objectos do primeiro grão:

Grammatica portugueza.

Desenho linear.

Geografia, e historia geral.

Historia Sagrada do antigo e novo Testamento.

Arithmetica e geometria com applicação á industria.

Escripturação.

§ unico. Tanto o primeiro como o segundo grão poderão comprehender outros objectos de instrução nos logares, e á proporção que o Governo achar conveniente.

Art 2.º A extensão das materias, e o methodo de as ensinar, bem como o numero de lições de cada objecto em cada semana, será regulado por determi-

nações do Governo, segundo o que mais convier ao bem da instrução, e ás diversas circumstancias.

Art, 3.º O Governo poderá offerecer premios, até ao valor de 200.000 réis, aos individuos que apresentarem compendios adaptados ao conveniente ensino das differentes disciplinas, que, são objecto da Instrução Primaria.

§ 1.º Para este fim o Governo mandará publicar os convenientes programmaes; e poderá estabelecer mais de um premio para cada um dos diversos compendios.

§ 2.º Os compendios, ainda que premiados, ficarão sendo propriedade de seus authores, se estes não cederem della espontaneamente; mas, para serem mandados usar nas Escólas, sujeitar-se-hão seus authores aos preços e condições de impressão, que o Governo lhe designar.

CAPITULO II

Do numero e local das Escólas

Art. 4.º Ficam subsistindo, como Escólas do primeiro grão, todas as Escólas de Instrução Primaria, que estão legalmente creadas.

§ unico. O Governo poderá transferil-as de um local para outro, havendo manifesta utilidade na mudança.

Art. 5.º O Governo poderá crear as Escólas, que fõrem necessarias, assim do primeiro como do segundo grão.

Art. 6.º Sempre que fôr possível, o logar das Escólas será em edificio publico, ou outro especialmente accommodado a este fim.

Art. 7.º Para a criação e provimento das Cadeiras do segundo grão, serão, em igualdade de circumstancias, preferidos os Concelhos, que promptificarem a casa e mobilia para a Escóla.

Art. 8.º Havendo edificio destinado para a Escóla, nenhum Professor poderá dar Aula em casa.

Art. 9.º As Camaras Municipaes poderão ser authorizadas pelos Conselhos de Districto, a estabelecer gratificações, ou ordenados aos Parochos, ou a outros individuos, que, tendo a sufficiente habilitação moral e litteraria, quizerem encarregar-se do ensino primario nas Freguezias, em que não houver Professor Publico.

§ unico. As Juntas de Parochias, as Irmandades, e Confrarias, poderão pelos rendimentos, que administrarem, estabelecer as gratificações e ordenados, de que se trata neste Artigo, para os fins n'elle designados.

CAPITULO III

Da habilitação dos Professores, e provimento das Cadeiras

Art. 10.º Haverá Escólas Normaes para habilitação dos Professores, de Instrução Primaria.

Art. 11.º O curso das Escólas Normaes comprehenderá:

Caligraphia.

Desenho linear

Grammatica geral, e portugueza.

Noticia dos methodos de ensino, e legislação respectiva á Instrução Primaria.

Geographia, chronologia, e historia.
Doutrina Christã, e Historia Sagrada.
Theologia natural, e philosophia moral.

Arithmetica e geometria com applicação á industria.

Escripturação.

§ 1.º Este curso será distribuido de maneira, que, em um anno, se habilitem os Professores para o primeiro gráo, e em dous para o segundo.

§ 2.º O Governo poderá accrescentar novos objectos de ensino nas Escólas Normaes, quando o julgar conveniente para augmento da instrução nas Escólas Elementares, ou para aperfeiçoamento dos Professores. Quando fôr necessario, poderá durar dous annos o curso de habilitação para o primeiro gráo; e tres, o de habilitação para o segundo.

Art. 12.º Para ser admittido nas Escólas Normaes será necessario ter dezoito annos completos de idade; saber ler e escrever correntemente, e a pratica das quatro especies de contas; possuir as primeiras noções de grammatica portugueza, e conhecimentos sufficientes da Religião do Estado; não padecer molestia contagiosa, ou outra que inhabilite para o magisterio; e ser reconhecidamente morigerado.

Art. 13.º O Governo concederá, em cada uma destas Escólas, a vinte alumnos a pensão mensal de 6\$000 réis, pagos no principio de cada mez.

§ unico. Estes partidos serão distribuidos, quanto possivel fôr, entre individuos de diversos Districtos; e nunca poderão ser concedidos a habitantes da cidade ou Villa, em que estiver collocada a Escóla Normal.

Art. 14.º Ao Director da Escóla Normal cumpre informar ao Governo para que seja suspensa a me-

zada, logo que o alumno se mostre indigno della pelo seu máo comportamento, ou falta de applicação.

Art. 15.º Os alumnos, a quem fôr tirada a mezada, serão expulsos da Escólas; e igualmente todos os outros que o merecerem pelo seu máo comportamento.

Art. 16.º Os alumnos das Escólas Normaes serão isentos do recrutamento, durante a frequencia da Escóla.

Art. 17.º O Governo é authorizado para organizar, logo que seja possivel, as Escólas Normaes dos Districtos de Lisboa e Porto, pela fórma que fôr mais conveniente, em harmonia com o que fica disposto nos Artigos antecedentes, mas de modo que a despesa annual de cada uma dellas não exceda a 3:600\$000 réis.

(Continua).

ESTATISTICA

VI

Publicamos em seguida os ultimos mappas estatisticos, que, segundo o plano que apresentámos no ultimo numero, nos foram enviados.

Muitos cavalheiros se nos têm dirigido com as suas opiniões sobre o melhor modelo para um mappa mensal; agradecemos todas as indicações por que da observação de muitos, melhor resultam soluções perfectas.

O sr. Antonio Simões Lopes, inspector da 2.ª circumscripção escolar, dignou-se prestar attenção ao mappa que propozemos, e, das indicações feitas por aquelle professor, resulta que modificámos o dito mappa da seguinte forma:

CIRCUMSCRIPÇÃO ESCHOLAR

Mappa mensal

Anno de 188__ a 188__

Mez de __

Freguezia de __

Concelho de __

Existiam no fim do mez anterior	Entraram de novo	Sahiram	Ficam	Medias n'este mez			Numero de dias lectivos que houve n'este mez	Numero de creanças do sexo (*) em idade escolar recen- seadas na freguezia	Cursos nocturno				Observações
				Alumnos existentes na matricula	Presenças	Faltas			Média dos alumnos inscriptos na matricula	Média das presenças	Média das faltas	Numero de dias lectivos que houve n'este curso durante o mez	

Escóla primaria do __ grau do sexo __ da freguezia de __
de __ de 188__

O PROFESSOR

(*) Devem mencionar se as creanças recenseadas do sexo a que pertencer a escola. Se fôr «mixta» mencionam-se as de um e d'outro sexo, separadamente.

Como claramente se vê este mappa tem a vantagem de incluir a estatística dos cursos nocturnos e elimina duas casas (a penultima e antepenultima do mappa que propozemos) o que simplifica e não reduz os dados pedidos, por que nas médias de presenças e faltas está incluída a maxima e a minima frequencia.

O mappa modificado, como hoje o propomos, vae ser adoptado de outubro em diante por todo o professorado da 2.^a circumscripção, e, por que se nos affigura satisfazer a todas as exigencias, de grande vantagem seria a sua adopção em todas as circumscripções.

Da boa ordem, organização e uniformidade da escripturação escolar, resultam seguras indicações estatísticas, por isso quanto mais perfeita mais perfeitos serão os resultados.

Este assumpto tem sido muito tratado em toda a parte, onde a instrução primaria merece a attenção de homens, que se devotam ao aperfeiçoamento da instrução popular, por isso d'elle nos occupamos e a elle voltaremos.

Feio Terenas.

*Movimento das escolas publicas da villa de Peniche
no mez de junho de 1882*

Professor—JOSÉ ACCURCIO NUNES REGO DE CARVALHO

Escolas	N.º de alunos	Presenças	Faltas
Sexo feminino em Peniche..	47	1428	516
Dito masculino em Peniche..	118	552	951
Dito dito na Alouguia.....	52	865	175
Dito dito na Serra.....	32	600	468

*Movimento da escola do sexo masculino da freguezia
de Monte Redondo, concelho de Torres Vedras*

Professor—ANTONIO DUARTE

Mezes	N.º d'alunos	Presenças	Faltas
Maio.....	35	407	377
Junho.....	35	400	305

*Movimento da escola publica do sexo feminino
da Villa de Rio Maior*

Professora—CAROLINA AMELIA R. DE CARVALHO

Mezes	Existiam no fim do mez anterior	Entraram	Sahiram	Ficam	Frequencia			
					Maxima diaria	Minima diaria	Deram faltas	Dias lectivos
Janeiro....	34	4	0	38	31	20	31	18
Fevereiro..	38	1	0	39	30	17	28	18
Março.....	39	7	0	46	38	21	39	23
Abril.....	46	7	1	53	46	10	39	10
Maio.....	53	3	0	56	48	19	49	2
Junho.....	56	0	0	56	44	29	48	21

*Movimento da escola publica da freguezia de Villar do Forno,
concelho de Lousada*

Professor—JERONYMO PEREIRA DA ROCHA

Mezes	Existiam no mez anterior	Entraram de novo	Sahiram	Medias n'este mez		
				Alunos matriculados	Presenças	Faltas
Janeiro.....	71	0	2	66	41	28
Fevereiro....	69	0	2	68	39	29
Março.....	67	3	0	70	46	24
Abril.....	70	5	1	72	46	26
Maió.....	74	3	3	74	46	28
Junho.....	74	4	2	75	42	33

CONSULTAS

IX

O curso especial dos seminarios é curso de instrução secundaria ou superior para o effeito de habilitação para o magisterio na conformidade do § unico do artigo 65.º da lei de 12 de maio de 1878?

—Conforme os decretos regulamentares de 31 de março de 1873, são considerados *curros secundarios o curso especial e o curso geral* dos lyceus nacionaes; (artigo 2.º da citada lei) e são *curros superiores* os cursos de sciencias e lettras de que trata a lei de 14 de julho de 1880.

O curso especial dos lyceus de 1.ª e 2.ª classe comprehende:

a—Portuguez 1.º 2.º e 3.º, anno, Oratoria, Poetica e Litteratura.

b—Francez curso completo (1.º e 2.º anno.)

c—Mathematica 1.º e 2.º ou (1.ª parte.)

d—Desenho 1.º 2.º e 3.º ou (1.ª parte.)

e—Latim 1.º 2.º e 3.º ou (1.ª parte.)

f—Philosophia (1.ª parte.)

g—Geographia, Chronologia e Historia (curso completo.)

h—Principios de physica, chimica e introdução á historia natural.

O curso geral dos lyceus de 1.ª classe, comprehende além das anteriores disciplinas o estudo das seguintes:

a—Inglez (curso completo.)

b—Allemao (curso completo.)

c—Latim (2.ª parte.)

d—Philosophia (2.ª parte.)

e—Mathematica (2.ª parte.)

f—Desenho (2.ª parte.)

—A quem pois tiver diploma que consigne approvação de todas as disciplinas do curso especial ou geral dos lyceus nacionaes, pode-lhe ser applicado o § unico do artigo 65.º da lei de 12 de maio de 1878: bem como é habilitação para o magisterio os cursos de sciencias e lettras de que trata a já citada lei de 14 de julho de 1880.

Por que não são cursos dos lyceus como ficam indicados, nem são considerados cursos superiores os

curros especiaes de seminarios, institutos, conservatorios, etc., não são estes, nem nunca foram, habilitação sufficiente para o magisterio primario.

X

—Um individuo com o 2.º anno de theologia, poderá ser provido n'uma cadeira de instrucção primaria, e entregal-a a qualquer regente com autorisação da camara, até que termine o curso de um seminario?

—A primeira parte está respondida no que dissemos com respeito á consulta IX.

Póde, quem nos consulta, ser provido a uma cadeira, se possue o diploma do curso geral ou especial dos lyceus, visto que não é curso superior o 2.º anno theologico.

Quanto á segunda parte não pode o professor nomeado ausentar-se da cadeira sem licença da camara, e esta licença é concedida em conformidade com o art. 38.º da lei de 2 de maio de 1878 que diz:

«As camaras municipaes podem em cada anno conceder aos professores e ajudantes licenças com vencimento, que não excedam na sua totalidade a 30 dias. Além d'este limite a licença faz perder o vencimento.»
Feio Terezas.

NOTAS E INFORMAÇÕES

O sr. inspector da 2.ª circumscripção, Antonio Simões Lopes, dirigiu á camara municipal do Porto o seguinte officio:

«Ill.º e ex.º sr.—As conferencias pedagogicas são um poderoso meio de aperfeiçoamento profissional; e por isso, em todos os povos cultos se liga, com razão, grande importancia a taes assembleias.

Os professores mais aptos, tendo este meio de incitamento ao estudo, apresentam ali o resultado das suas observações e experiencias, e discutem os principios em que deve assentar a melhor norma de ensino e de organização escolar: os menos habilitados veem aprender, e tirar estimulos para o seu proprio aperfeiçoamento.

E' uma escola em que a comunicação reciproca de idéas, de experiencias, de observações e de estudos concorre poderosamente para que do trabalho pratico do professorado resulte maior utilidade, no que são directamente interessadas as municipalidades.

Pelo artigo 242.º do regulamento de 28 de julho de 1881 são os professores obrigados a comparecer em todas as sessões da conferencia pedagogica, sob pena da multa estabelecida no artigo 243.º

Segundo o artigo 248.º do mesmo regulamento os professores hão de receber uma gratificação fixada e paga pela camara municipal que os habilite a permanecer na séde do circulo escolar o tempo determinado no artigo 247.º, além da jornada da ida e da volta ás suas cadeiras.

Portanto, deyendo abrir-se a conferencia do dia 3 do proximo outubro, rogo a v. ex.ª se sirva de dar as necessarias providencias afim de que a tempo conveniente sejam os professores d'este concelho habilitados a cumprir aquella obrigação a que a lei os sujeita, e de que esse municipio ha-de tirar valiosos resultados.—Deus guarde a v. ex.ª—Porto, 18 de agosto de 1882.—O inspector, Antonio Simões Lopes».

O programma proposto para discussão pelo sr inspector compõe-se d'estes quesitos:

1.º ESCRIPTURAÇÃO ESCHOLAR — Sua necessidade e importancia. Poderá dispensar-se uma escripturação methodica, regular e uniforme em todas as escholas?

Além da sua reconhecida necessidade para a estatística será valiosa para o resultado do trabalho do professor?

Em face da actual legislação do ensino popular poder-se-ha dispensar ao ensino livre uma escripturação regular e methodica?

2.º METHODOLOGIA ESPECIAL—Processos a seguir no ensino da leitura, do calculo e da escripta, incluindo os exercicios de dictado e de redacção.

Quaes são os principios que a conferencia assenta sobre estes ramos do ensino escholar?

3.º UTILIDADE DA DISCIPLINA NO CORPO DOCENTE DO PROFESSORADO PRIMARIO — Quaes são os actos por que se afirma?

Fará parte dos deveres do professorado primario?

4.º ORGANISAÇÃO PEDAGOGICA DAS ESCHOLAS — Sua necessidade, o importancia.

Quaes são as bases em que deve assentar?

5.º HORARIO — Sua importancia.

Quaes são as condições a que deve satisfazer?

Qual o modelo d'horario que a conferencia approva?

Será conveniente a adopção d'um horario typo e a distribuição uniforme do serviço escolar em todas as escholas do circulo?

5.º PROGRAMMAS DAS DISCIPLINAS PROFESSADAS NAS ESCHOLAS—Qual a sua importancia na direcção e administração do ensino e no resultado final?

—São obrigados a assistir oficialmente á conferencia todos os professores publicos d'ensino primario no respectivo circulo, nos termos do art. 242.º do citado regulamento.—A's professoras é facultativa a assistencia; mas não comparecendo, é obrigatoria a apresentação do relatorio e programma das suas escholas relativamente aos pontos sobre que é ouvida a conferencia até ao dia immediatamente anterior áquelle em que deve abrir-se, nos termos do art. 244.º do referido regulamento sob pena de lhes ser imposta a multa de tantos dias de vencimento, quantos os das sessões da conferencia. Aos professores que faltarem será imposta igual multa nos termos do art. 243.º

A conferencia começará na séde de cada circulo escolar no dia 3 d'outubro de 1882, nos termos dos art. 246.º e 247.º do mencionado regulamento.

Temos em nosso poder diversas consultas dos srs. professores J. J. Guerreiro (Gollegã); João Namorado (Frenteira); João Thomaz Nunes (Amoreira da Gandara); José de Carvalho Liberato Pinto Borges (Santa Maria); Pompilio Rodrigues Franco (Cavão-Vagos); Manoal José Ferreira (Rio Maior); Manuel Fernandes Marques da Silveira (Vimeiro),—a que iremos respondendo conforme o espaço de que poder-mos dispôr.

A outras pequenas perguntas a respeito de duvidas menos importantes, respondemos em carta aos interessados.